

Sumário

PARTE 1 DIÁLOGOS ENTRE O DIREITO MATERIAL E O DIREITO PROCESSUAL

CAPÍTULO 1 ►	O sistema aberto do Direito Civil e seus diálogos com o novo CPC.....	33
	<i>Felipe Peixoto Braga Netto</i>	
1.	O DIREITO CIVIL E OS NOVOS MODOS DE PERCEPÇÃO: A RECONSTRUÇÃO DE SEUS CONCEITOS E CATEGORIAS	33
2.	EM BUSCA DE MODELOS TEÓRICOS QUE REALIZEM AS OPÇÕES VALORATIVAS BÁSICAS DA CONSTITUIÇÃO.	37
3.	DIÁLOGOS ENTRE A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO E O NOVO CPC.....	40
3.1.	A DOUTRINA BRASILEIRA DO FATO JURÍDICO E ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	43
3.2.	“PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO” É UMA EXPRESSÃO SINÔNIMA DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS?	46
4.	A QUESTÃO PROBATÓRIA E O CONCEITO DE VULNERABILIDADE	49
5.	OS PRINCÍPIOS COMO PONTES ENTRE O SOCIAL E O JURÍDICO: O DIREITO CIVIL COMO UM SISTEMA ABERTO	56
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
CAPÍTULO 2 ►	Normas Processuais e Normas Materiais: uma dicotomia enfraquecida	63
	<i>Murilo Teixeira Avelino</i>	
1.	SOBRE O DIREITO PROCESSUAL E O DIREITO MATERIAL	63
2.	SOBRE A (IN)DISPONIBILIDADE DAS NORMAS PROCESSUAIS	67
3.	DOS TEMAS TRADICIONAIS, O QUE MAIS SE TRATA: NORMAS SOBRE PROVA.....	69
4.	FACETAS PROCESSUAL E MATERIAL DA NORMA	74
5.	INTERLIGAÇÕES	77
6.	BIBLIOGRAFIA.....	79
CAPÍTULO 3 ►	Tutela de Urgência no CPC de 2015: unificação dos requisitos e proteção ao direito material	81
	<i>Rogéria Dotti</i>	
I.	O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E O PROCESSUALISMO	81
II.	A AUTONOMIA ESTRUTURAL DO PROCESSO CAUTELAR.....	82
III.	A VISÃO MATERIAL VERSUS VISÃO PROCESSUAL DA TUTELA CAUTELAR	84
IV.	A UTILIZAÇÃO ANÔMALA DO PROCESSO CAUTELAR.....	85
V.	A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E A COEXISTÊNCIA DE DOIS REGIMES: CAUTELARIDADE E SATISFATIVIDADE	86
VI.	A MUDANÇA DE PARADIGMA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: A SIMPLIFICAÇÃO E A PROTEÇÃO DO DIREITO MATERIAL MEDIANTE A BUSCA DA “JUSTIÇA DO CASO”	87
VII.	A UNIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA E A DISPENSA DE UM PROCESSO AUTÔNOMO... ..	90
VIII.	CONCLUSÕES.....	92

SUMÁRIO

CAPÍTULO 4 ►	As máximas de experiência no Código de Processo Civil de 2015 (art. 375)	95
	<i>Gilberto Fachetti Silvestre</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	95
2.	AS MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	97
3.	AS MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: O QUE MUDOU?.....	101
4.	CONCLUSÃO.....	107
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
CAPÍTULO 5 ►	O CPC-2015 e as revogações expressas do Código Civil.....	117
	<i>Fredie Didier Jr.</i>	
1.	REVOGAÇÕES EXPRESSAS.....	117
2.	REVOGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL.....	117
2.1.	ART. 227 DO CÓDIGO CIVIL.....	117
2.2.	ART. 229 DO CÓDIGO CIVIL.....	118
2.3.	ART. 230 DO CÓDIGO CIVIL.....	119
2.4.	ART. 456 DO CÓDIGO CIVIL.....	120
2.5.	ARTS. 1.482-1.483 DO CÓDIGO CIVIL.....	120
2.6.	ARTS. 1.768-1.773 DO CÓDIGO CIVIL.....	121
2.6.1.	OBSERVAÇÃO GERAL.....	121
2.6.2.	O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI N. 13.146/2015).....	121
CAPÍTULO 6 ►	Notas sobre o artigo 1.072, II, do novo CPC: a revogação de regras sobre provas do Código Civil.....	127
	<i>Robson Renault Godinho</i>	
CAPÍTULO 7 ►	A técnica redacional do Código de Processo Civil de 2015 quanto à nomeação de curador especial, lapidando os anseios da doutrina e da jurisprudência.....	141
	<i>Cinira Gomes Lima Melo e Renata Giovanoni Di Mauro</i>	
	INTRODUÇÃO.....	141
1.	NOMEAÇÃO DO CURADOR ESPECIAL E SUAS RAZÕES.....	142
1.1.	CURADOR ESPECIAL DO INCAPAZ.....	143
1.2.	CURADOR ESPECIAL DO RÉU PRESO.....	143
1.3.	CURADOR ESPECIAL DO RÉU CITADO FICTAMENTE.....	144
2.	OS PODERES DO CURADOR ESPECIAL.....	146
3.	AUSÊNCIA DE ATUAÇÃO DO CURADOR ESPECIAL E AS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS.....	146
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
CAPÍTULO 8 ►	Vedação às decisões por emboscada.....	149
	<i>Eduardo Augusto Madruga de Figueiredo Filho e Rinaldo Mouzalas</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	149
2.	COOPERAÇÃO INTERSUBJETIVA.....	152

SUMÁRIO

3.	INTERAÇÃO ENTRE O DEVER DE CONSULTA E O CONTRADITÓRIO DINÂMICO	155
4.	VEDAÇÃO ÀS DECISÕES POR EMBOSCADA	157
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162

CAPÍTULO 9 ► Estabilização da demanda e correção da ilegitimidade passiva **165** *Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.*

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	165
2.	BREVE NOÇÃO SOBRE A CORREÇÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA	168
3.	A ANALÍTICA DA CORREÇÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA ESTABELECIDADA NO NCPC.....	172
4.	CONCLUSÕES.....	177

CAPÍTULO 10 ► Da interpretação do art. 189 do Código Civil segundo o novo Código de Processo Civil e a compatibilidade com a teoria de Pontes de Miranda **179** *Jéssica Aline Caparica da Silva*

1.	INTRODUÇÃO.....	179
2.	TEORIA DO FATO JURÍDICO	180
3.	A PRESCRIÇÃO	181
4.	CONTEÚDO EFICACIAL DA RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO MATERIAL.....	182
4.1.	DIREITO, PRETENSÃO E AÇÃO (E EXCEÇÃO).....	183
5.	DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO.....	184
6.	A PRESCRIÇÃO, SEGUNDO PONTES DE MIRANDA, E SUA COMPATIBILIZAÇÃO COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	185
7.	A DISTINÇÃO FEITA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	187
8.	CONCLUSÃO	188
9.	REFERÊNCIAS	188

PARTE 2 PARTE GERAL

CAPÍTULO 1 ► Aspectos formais dos negócios processuais atípicos (art. 190, NCPC)..... **193** *Paulo Nalin e Renata C. Steiner*

1.	OS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	193
2.	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL: NOVA ESPÉCIE DE NEGÓCIO JURÍDICO?.....	198
3.	ASPECTOS FORMAIS DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS.....	201
3.1.	INVALIDADE DO INSTRUMENTO E AUTONOMIA DO NEGÓCIO PROCESSUAL.....	202
3.2.	INVALIDADE DO NEGÓCIO PROCESSUAL E NÃO CONTAMINAÇÃO	205
3.3.	TRANSMISSÃO DO NEGÓCIO PROCESSUAL POR CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	206
3.4.	FORMALIDADES NA INSERÇÃO DE NEGÓCIO PROCESSUAL EM CONTRATO DE ADESÃO	208
4.	NOTAS CONCLUSIVAS.....	210
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211

CAPÍTULO 2 ►	A desconsideração da personalidade jurídica e o novo Código de Processo Civil	215
	<i>Michael César Silva e Vinícius Lott Thibau</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	215
2.	UM BREVE HISTÓRICO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	216
3.	O CARÁTER EXCEPCIONAL DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	218
4.	AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	220
4.1.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	221
4.2.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO CIVIL	223
5.	A DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA	225
6.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	226
6.1.	O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A EFETIVIDADE PROCEDIMENTAL	226
6.2.	A LEGITIMIDADE PARA INSTAURAR O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E OS SEUS PRESSUPOSTOS AUTORIZATIVOS	228
6.3.	O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A SUSPENSÃO PROCEDIMENTAL	229
6.4.	O DEVIDO PROCESSO CONSTITUCIONAL E A REGÊNCIA DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	230
6.5.	O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A RACIONALIDADE DECISÓRIA	232
6.6.	A RECORRIBILIDADE E O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	233
7.	CONCLUSÃO	234
8.	REFERÊNCIAS	235
CAPÍTULO 3 ►	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil de 2015	243
	<i>João Glicério de Oliveira Filho, Cássia M. R. Ferreira e Fernanda D. Knoblauch</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	243
2.	DO CPC/2015	244
2.1.	DA NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO	244
2.2.	DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	245
2.2.1.	OBJETIVOS	246
3.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	248
3.1.	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA GERAL DA DISREGARD DOCTRINE.....	248
3.2.	O MOMENTO PROCESSUAL DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CPC/1973.....	250
3.2.1.	A NECESSIDADE DE AÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A DISREGARD DOCTRINE.....	250
3.2.2.	SOBRE A DECISÃO QUE DECRETA A DESCONSIDERAÇÃO	251
3.2.3.	A AÇÃO INCIDENTAL DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	252
4.	O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	252
4.1.	O REGIME LEGAL ADOTADO	253
4.2.	DO REGRAMENTO PREVISTO NO CPC/2015.....	254
4.2.1.	DA NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO	254

SUMÁRIO

4.2.2.	DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.....	254
4.2.3.	DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE OFENSA À COISA JULGADA.....	255
5.	CONCLUSÃO	256
6.	REFERÊNCIAS	258
CAPÍTULO 4 ►	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	261
	<i>Roxana Cardoso Brasileiro Borges e Irena Carneiro Martins</i>	
	INTRODUÇÃO.....	261
1.	ORIGEM DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	262
2.	A DISREGARD DOCTRINE NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	265
3.	A DESCONSIDERAÇÃO INVERSA.....	269
4.	O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CPC.....	271
4.1.	O CONTRADITÓRIO E A EFETIVIDADE DO DIREITO MATERIAL	271
4.2.	MOMENTO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO.....	272
4.3.	LEGITIMIDADE ATIVA.....	273
4.4.	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	274
4.5.	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.....	274
4.6.	PREVISÃO EXPRESSA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA.....	275
4.7.	CITAÇÃO E PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO.....	276
4.8.	DECISÃO INTERLOCUTÓRIA RECORRÍVEL POR AGRAVO DE INSTRUMENTO	277
4.9.	FRAUDE DE EXECUÇÃO E INEFICÁCIA DO ATO DE DISPOSIÇÃO.....	277
4.10.	TUTELA PROVISÓRIA	278
4.11.	DESCONSIDERAÇÃO E EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO.....	278
4.12.	APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA	279
5.	PROJETOS DE LEI	279
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
7.	REFERÊNCIAS	280
CAPÍTULO 5 ►	O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no novo Código de Processo Civil (novo CPC)	283
	<i>Silvano José Gomes Flumignan</i>	
1.	RELEVÂNCIA DO TEMA.....	283
2.	A BASE TEÓRICA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	285
3.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	286
3.1.	CABIMENTO.....	287
3.1.1.	DESCONSIDERAÇÃO INVERSA	293
3.2.	PREVISÃO COMO INCIDENTE.....	294
3.3.	LEGITIMIDADE ATIVA, PASSIVA E CITAÇÃO	296
3.4.	TRAMITAÇÃO	299
3.5.	DECISÕES, RECURSOS E FRAUDE À EXECUÇÃO	300
3.6.	O INCIDENTE COMO MODALIDADE DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	302
4.	CONCLUSÕES.....	302
5.	BIBLIOGRAFIA.....	305

CAPÍTULO 6 ►	A desconsideração da personalidade jurídica: regramento material e impactos do novo Código de Processo Civil	307
	<i>Luciano L. Figueiredo</i>	
1.	BREVE INTROITO	307
2.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA: ANÁLISE MATERIAL	308
2.1.	EVOLUÇÃO LEGISLATIVA	314
3.	O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO	328
4.	CONCLUSÕES	332
5.	REFERÊNCIAS	332
CAPÍTULO 7 ►	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no novo Código de Processo Civil	337
	<i>Luciana Pedrosa Xavier e William Soares Pugliese</i>	
1.	INTRODUÇÃO	337
2.	DA AUTONOMIA PATRIMONIAL À DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	338
3.	O PERCURSO LEGISLATIVO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	341
4.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NAS RELAÇÕES DE DIREITO CIVIL: DO DOGMA DA AUTONOMIA PATRIMONIAL AO TEMOR DA DESCONSIDERAÇÃO EXACERBADA	345
5.	O PROCEDIMENTO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	348
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	354
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	355
CAPÍTULO 8 ►	A desconsideração da personalidade jurídica, os princípios constitucionais e o novo Código de Processo Civil brasileiro	359
	<i>José Barros Correia Junior</i>	
1.	A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	359
2.	EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS E A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO	366
3.	O NOVO PROCEDIMENTO PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	369
4.	REFERÊNCIAS	377

PARTE 3
OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

CAPÍTULO 1 ►	A promessa de recompensa judicial e o novo CPC	381
	<i>Fredie Didier Jr. e Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>	
1.	INTRODUÇÃO	381
2.	A PROMESSA DE RECOMPENSA COMO NEGÓCIO JURÍDICO UNILATERAL	382
3.	A ATIPICIDADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS UNILATERAIS	384
4.	OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	387
5.	A CLÁUSULA GERAL DE EFETIVAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL (ART. 536, § 1º, CPC/15)	389
6.	A PROMESSA DE RECOMPENSA JUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO	391

CAPÍTULO 2 ►	CPC-2015, coisa julgada, obrigações solidárias e a nova redação do art. 274 do Código Civil	397
	<i>Fredie Didier Jr.</i>	
CAPÍTULO 3 ►	Uma breve perspectiva do instituto da Evicção sob o enfoque do novo Código de Processo Civil – aspectos materiais e processuais.....	401
	<i>Laura Dutra de Abreu</i>	
1.	CONCEITUAÇÃO DA EVICÇÃO	402
2.	ELEMENTOS DA EVICÇÃO	405
2.1.	PRIVAÇÃO DO DIREITO DO ADQUIRENTE.....	406
2.2.	PREEXISTÊNCIA DO DIREITO DE TERCEIRO	407
2.2.1.	EXTENSÃO DA GARANTIA DA EVICÇÃO NOS CASOS DE HASTA PÚBLICA.....	408
2.3.	PRIVAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.....	410
3.	DENUNCIACÃO DA LIDE – UMA NOVA PERSPECTIVA.....	411
3.1.	A NÃO OBRIGATORIEDADE DA DENUNCIACÃO DA LIDE PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	412
3.2.	A DENUNCIACÃO DA LIDE <i>PER SALTUM</i>	414
CAPÍTULO 4 ►	Notas sobre a disciplina da denunciação da lide no CPC 2015 e o art. 456 do Código Civil	419
	<i>Flávio Luiz Yarshell</i>	
1.	SUPERAÇÃO DE UMA CONTROVÉRSIA	419
2.	SUPERAÇÃO DE UMA OPÇÃO EQUIVOCADA	421
3.	UMA OPÇÃO DISCUTÍVEL	422
4.	MUDANÇA DE REDAÇÃO.....	423
CAPÍTULO 5 ►	Ocaso da denunciação da lide <i>per saltum</i>?	427
	<i>Carlos Gustavo Rodrigues Del Prá</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	427
2.	DENUNCIACÃO DA LIDE <i>PER SALTUM</i> ; ESPECIFICAMENTE O REVOGADO ARTIGO 456 DO CÓDIGO CIVIL: (CONTROVÉRSIAS SOBRE A) NATUREZA JURÍDICA	428
3.	DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PROMOVIDA PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	433
4.	CONCLUSÕES.....	434
5.	BIBLIOGRAFIA	435
CAPÍTULO 6 ►	Notas sobre o procedimento de dissolução parcial de sociedade no novo Código de Processo Civil à luz do direito material	437
	<i>Ermiro Ferreira Neto</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	437
2.	NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO SOCIETÁRIA.....	439
3.	FIM DA RELAÇÃO JURÍDICA SOCIETÁRIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DISSOLUÇÃO TOTAL, DISSOLUÇÃO PARCIAL, RETIRADA E EXCLUSÃO	442
4.	PROCEDIMENTO DE DISSOLUÇÃO SOCIETÁRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: RELAÇÕES COM O DIREITO MATERIAL.....	449

SUMÁRIO

4.1.	HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL.....	449
4.2.	LEGITIMIDADE ATIVA.....	451
4.3.	LEGITIMIDADE ATIVA DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	454
4.4.	EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO-CUMPRIDO E EXERCÍCIO DE RETIRADA.....	456
4.5.	RETIRADA FORMAL DOS DADOS DO SÓCIO DOS ASSENTAMENTOS OFICIAIS.....	458
4.6.	REALIZAÇÃO DE PERÍCIA E NOMEAÇÃO DE INTERVENTOR NA SOCIEDADE.....	459
5.	CONCLUSÃO	459
6.	REFERÊNCIAS	460

CAPÍTULO 7 ► Impactos do novo Código de Processo Civil brasileiro sobre o direito do consumidor..... 463 *Cristiano Heineck Schmitt*

INTRODUÇÃO.....	463	
1.	CONSUMIDOR: A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO SUJEITO VULNERÁVEL DO MERCADO	464
2.	NOVO CPC E A DEFESA DO CONSUMIDOR: UMA CONVIVÊNCIA NECESSÁRIA	470
3.	CONCLUSÃO	478
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	479

CAPÍTULO 8 ► A multa coercitiva como instrumento para tutela de obrigações pecuniárias no CPC de 2015..... 481 *Marcelo Da Rocha Rosado*

1.	INTRODUÇÃO.....	481
2.	A MUDANÇA AXIOLÓGICA DO SISTEMA PROCESSUAL: A NOVA POSIÇÃO DA SOLUÇÃO DO MÉRITO E DA ATIVIDADE SATISFATIVA E OS PODERES-DEVERES DE EFETIVAÇÃO DO JUIZ	483
3.	A REPERCUSSÃO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS NOS PODERES-DEVERES DE EFETIVAÇÃO	486
4.	BREVES LINHAS SOBRE A MEDIDA COERCITIVA PECUNIÁRIA (MULTA COERCITIVA)	488
5.	A MULTA COERCITIVA E A TUTELA DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS.....	491
6.	A MULTA PELO INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E A MULTA COERCITIVA	494
7.	BREVE CONCLUSÃO	497
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	498

PARTE 4 TITULARIDADES

CAPÍTULO 1 ► A função social da posse, as ações possessórias e o novo CPC..... 503 *Eroulths Cortiano Junior*

1.	TRÊS PREMISSAS PARA UM ESTUDO DA POSSE.....	503
2.	AS AÇÕES POSSESSÓRIAS: DO CPC/1973 AO NOVO CPC.....	507
2.1.	A FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	507
2.2.	A CUMULAÇÃO DE PRETENSÕES DIVERSAS	507
2.3.	O “PEDIDO CONTRAPOSTO”	508
2.4.	O PROBLEMA DA EXCEPTIO DOMINI.....	509

SUMÁRIO

3.	AS AÇÕES POSSESSÓRIAS TÍPICAS.....	514
4.	OS INTERESSES COLETIVOS E AS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	515
5.	A FUNÇÃO SOCIAL.....	516

CAPÍTULO 2 ► O litígio coletivo pela posse de imóvel no novo CPC e a posse socialmente qualificada 519 *Adalmo Oliveira dos Santos Junior*

1.	INTRODUÇÃO.....	519
2.	A FUNÇÃO SOCIAL E A SOCIALIZAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	520
3.	A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO DO CPC FRENTE À NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL.....	522
4.	O LITÍGIO COLETIVO SOBRE POSSE NO NOVO CPC.....	523
5.	A QUESTÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA POSSE.....	527
6.	A LIMINAR NÃO EXECUTADA APÓS ANO E DIA.....	529
7.	A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	530
8.	SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE POLÍTICA URBANA E AGRÁRIA.....	531
9.	A POSTURA DO JULGADOR E UMA NOTA SOBRE OBJETO DA AÇÃO.....	533
10.	CONCLUSÃO.....	534
11.	BIBLIOGRAFIA.....	534

CAPÍTULO 3 ► A usucapião de bens imóveis: vertentes materiais e processuais e a sua disciplina no CPC/2015..... 537 *Pedro Alberto Calmon Holliday*

1.	INTRODUÇÃO.....	537
2.	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA PROPRIEDADE PRIVADA.....	539
2.1.	O REGIME CONSTITUCIONAL DA PROPRIEDADE.....	542
3.	USUCAPIÃO NO DIREITO MATERIAL.....	543
3.1.	USUCAPIÃO COMUM ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.....	544
3.1.1.	ALTERAÇÕES DO CPC/15 (LEI Nº 13.105/15).....	546
3.2.	USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL E URBANA: GENERALIDADES.....	546
3.3.	USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA (ARTS. 183 CF/88 E 1.240 CC, ART.9º LEI 10.257/01).....	547
3.3.1.	ÁREA MÍNIMA USUCAPÍVEL.....	548
3.3.2.	PROCEDIMENTO.....	548
3.3.3.	LEGITIMAÇÃO PROCESSUAL.....	549
3.4.	USUCAPIÃO ESPECIAL FAMILIAR OU DO CÔNJUGE (ART. 1.240-A CC).....	549
3.4.1.	PROCEDIMENTO.....	550
3.5.	USUCAPIÃO ESPECIAL COLETIVA.....	551
3.5.1.	LEGITIMAÇÃO PROCESSUAL.....	552
3.5.2.	MEDIDA LIMINAR E MEDIAÇÃO PRÉVIA.....	552
3.6.	USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL (PRO LABORE).....	553
3.6.1.	PROCEDIMENTO.....	553
3.7.	USUCAPIÃO INDÍGENA.....	554
3.7.1.	PROCEDIMENTO.....	556

SUMÁRIO

4.	DISCIPLINA PROCESSUAL DA USUCAPIÃO NO CPC/15	556
4.1.	DO PROCEDIMENTO EDITAL.....	556
4.2.	USUCAPIAO EXTRAJUDICIAL OU ADMINISTRATIVA (CPC, ART. 1.071).....	558
5.	CONCLUSÃO	562
6.	REFERÊNCIAS	564

CAPÍTULO 4 ► Breves notas sobre a dignidade da pessoa humana e a função social da propriedade como bases de compreensão das regras de impenhorabilidade do Código de Processo Civil de 2015 **569**
Rodrigo Mazzei e Sarah Merçon-Vargas

1.	O ADVENTO DE UM NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	569
2.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL E PENHORA: MATRIZ CONSTITUCIONAL, DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL	570
3.	IMPENHORABILIDADE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	572
4.	FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA IMPENHORABILIDADE.....	573
5.	AS HIPÓTESES DE IMPENHORABILIDADE PREVISTAS NO CPC/15	573
6.	RESTRIÇÃO ÀS HIPÓTESES DE IMPENHORABILIDADE.....	580
7.	IMPENHORABILIDADE E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	581
8.	A INEXISTÊNCIA DE QUANTIFICAÇÃO EXPRESSA PARA A VERBA ALIMENTAR: UM DOGMA A SER SUPERADO	582
9.	IMPENHORABILIDADE RELATIVA	584
10.	BREVE CONCLUSÃO	585
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	586

CAPÍTULO 5 ► Impactos do Novo Código de Processo Civil sobre o regime jurídico das impenhorabilidades..... **589**
Venceslau Tavares Costa Filho, Anne Gabriele Alves Guimarães e Juliana de Barros Ferreira

1.	O REGIME JURÍDICO DAS IMPENHORABILIDADES E A TEORIA DO ESTATUTO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO	589
2.	ALGUMAS INOVAÇÕES NO REGIME DAS IMPENHORABILIDADES COM O ADVENTO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	594
3.	ALCANÇE DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA LEGAL E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	597
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	601

CAPÍTULO 6 ► Ações petitorias e o novo CPC **603**
Igor Pinheiro de Sant'Anna

1.	INTRODUÇÃO.....	603
2.	POSSE E PROPRIEDADE. IUS POSSESSIONIS E IUS POSSIDENDI	604
3.	PRINCIPAIS ESPÉCIES DE AÇÕES PETITÓRIAS	607
3.1.	AÇÃO EX EMPTO OU EX VENDITO	607
3.2.	AÇÃO CONFESSÓRIA	609
3.3.	AÇÃO PUBLICIANA.....	610

SUMÁRIO

3.4.	AÇÃO REIVINDICATÓRIA	611
3.5.	AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE	615
4.	PROCESSO, PROCEDIMENTO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	618
5.	CONCLUSÃO	625
6.	BIBLIOGRAFIA	627
CAPÍTULO 7 ►	Hipoteca judiciária: breves noções e sua nova roupagem segundo o novo Código de Processo Civil	629
	<i>Rodrigo Mazzei e Lucas Fernando Dummer Serpa</i>	
1.	UMA ABORDAGEM INICIAL	629
2.	A NATUREZA JURÍDICA DA HIPOTECA JUDICIÁRIA.....	633
2.1.	DIREITO DE NATUREZA PROCESSUAL?.....	633
2.2.	DIREITO DE NATUREZA MATERIAL?	634
2.3.	HIPOTECA JUDICIÁRIA COMO DIREITO DE NATUREZA BIFRONTE	635
3.	HIPOTECA JUDICIÁRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	639
4.	BIBLIOGRAFIA	647
CAPÍTULO 8 ►	A evicção: entre a codificação civil, as sístoles e diástoles que movimentam a <i>law in action</i> e a fragmentação do direito estimulada pelo novo Código de Processo Civil brasileiro	651
	<i>Marcos Catalan e Marco Félix Jobim</i>	
1.	A ESTÁTICA DA EVICÇÃO NA CODIFICAÇÃO CIVIL BRASILEIRA.....	651
2.	A DINÂMICA DA EVICÇÃO: A <i>LAW IN ACTION</i> , SUAS SÍSTOLES E DIÁSTOLES	654
3.	A EVICÇÃO, O DIREITO PROJETADO E A FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO PROVOCADA POR ALGUMAS DAS TENTATIVAS DE APRISIONAR O FUTURO	659
4.	REFERÊNCIAS	661
CAPÍTULO 9 ►	A remição do bem hipotecado sujeito à expropriação no novo Código de Processo Civil.....	663
	<i>Marcelo Abelha Rodrigues</i>	
1.	SÍNTESE DO ENSAIO.....	663
2.	A REMIÇÃO: CONCEITOS E INSTITUTOS AFINS	663
3.	HIPÓTESES DE REMIÇÃO	664
3.1.	GENERALIDADES	664
3.2.	REMIÇÃO DA EXECUÇÃO.....	664
3.3.	REMIÇÃO DO BEM SUJEITO À EXPROPRIAÇÃO	669
4.	A REMIÇÃO DE BEM HIPOTECADO SUJEITO À EXPROPRIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	671
5.	BIBLIOGRAFIA	675
CAPÍTULO 10 ►	Fraude à execução e comparticipação	677
	<i>Rafael de Oliveira Lima</i>	
I.	INTRODUÇÃO.....	677
II.	FRAUDE À EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	678

SUMÁRIO

III.	A COMPARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	679
IV.	CONFIGURAÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO E RELEVÂNCIA DA POSTURA COMPARTICIPATIVA DO EXEQUENTE	682
V.	CONCLUSÃO	686
VI.	REFERÊNCIAS	687

CAPÍTULO 11 ► O negócio jurídico processual: um novo capítulo no Direito das Garantias – o exemplo da propriedade fiduciária 691 *Marco Paulo Denucci Di Spirito*

I.	INTRODUÇÃO	691
II.	A CLÁUSULA GERAL DO ART. 190, CPC/2015	693
III.	FRAGMENTOS DE UMA TEORIA GERAL DAS GARANTIAS CONTRATUAIS	696
IV.	O ART. 190 DO CPC/2015: TUTELAS DIFERENCIADAS E TÉCNICAS PROCESSUAIS A SERVIÇO DAS GARANTIAS CONTRATUAIS	707
V.	O EXEMPLO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA: O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL PERMITE A OPERACIONALIZAÇÃO DESTA GARANTIA PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL, PELA DEFINIÇÃO DE TÉCNICAS PROCESSUAIS ADEQUADAS E IDÔNEAS	715
VI.	O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL COMO UMA DAS CINCO LINHAS DE ATIPICIDADES RELEVANTES PARA AS GARANTIAS CONTRATUAIS	737
VII.	UMA DUPLA ORIENTAÇÃO DEMOCRÁTICA NO CPC/2015 POR MEIO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL: GARANTIAS CONTRATUAIS PARA TODOS	740
VIII.	CONCLUSÕES	743
IX.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	744

PARTE 5 FAMÍLIA E SUCESSÕES

CAPÍTULO 1 ► Teoria dos precedentes do novo Código de Processo Civil e direito de família: primeiras aproximações 753 *Marília Pedrosa Xavier e William Soares Pugliese*

1.	INTRODUÇÃO	753
2.	DO LIVRE CONVENCIMENTO À VINCULAÇÃO AOS PRECEDENTES	756
3.	NAS ENTRELINHAS DO CÓDIGO: PRECEDENTE OU PRECEDENTES?	761
4.	PRECEDENTES E DIREITO DE FAMÍLIA	764
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	766
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	767

CAPÍTULO 2 ► O novo CPC, a subjetivização e prova no Direito de Família 771 *Daniel Ferreira de Lira e Dimitre Braga Soares de Carvalho*

1.	BREVE INTRÓITO	771
2.	A EXPERIÊNCIA SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS JURÍDICOS E A EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL DO INTÉRPRETE NA CONSTRUÇÃO DA PROVA	773
3.	A QUESTÃO DA SUBJETIVIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA	780
4.	REFERÊNCIAS	786

CAPÍTULO 3 ►	Repercussões da separação de fato sobre o Processo Civil	789
	<i>Rafael Calmon Rangel</i>	
	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	789
1.	CRITÉRIOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NAS AÇÕES MOVIDAS POR OU EM FACE DE PESSOAS CASADAS OU UNIDAS ESTAVELMENTE.....	792
2.	CONCLUSÃO	798
3.	REFERÊNCIAS	799
CAPÍTULO 4 ►	O art. 1.698 do Código Civil e o “Novo Código de Processo Civil”	801
	<i>André Pagani de Souza</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	801
2.	O ART. 1.698 DO CÓDIGO CIVIL E A NOTÍCIA DA POLÊMICA EM TORNO DOS SEUS ASPECTOS PROCESSUAIS	801
3.	A PERDA DE UMA CHANCE DE SE ACABAR COM A CONTROVÉRSIA PROCESSUAL EM TORNO DO ART. 1.698 DO CÓDIGO CIVIL	806
4.	O ART. 1.698 DO CÓDIGO CIVIL À LUZ DO “NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL”	808
5.	O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO FIGURA DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS PRÓXIMA À HIPÓTESE DO ART. 1.698 DO CÓDIGO CIVIL.....	810
6.	A UTILIZAÇÃO DO INCIDENTE DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS PREVISTO NOS ARTS. 133 E SEQUINTE DO “NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL”, NO QUE COUBER.....	812
7.	CONCLUSÃO	814
8.	BIBLIOGRAFIA.....	814
CAPÍTULO 5 ►	Notas sobre a tutela dos alimentos no Código de Processo Civil de 2015 ..	817
	<i>Venceslau Tavares Costa Filho</i>	
1.	TUTELA JURÍDICA DOS DEVERES DE ASSISTÊNCIA MORAL E MATERIAL NO DIREITO DE FAMÍLIA.....	817
2.	PECULIARIDADES DA PRETENSÃO AOS ALIMENTOS NO DIREITO DE FAMÍLIA E DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES QUE CONDENAM À PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS	819
3.	A OBSERVÂNCIA DO TRINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE-PROPORCIONALIDADE NA FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS	823
4.	A TUTELA PROVISÓRIA DOS ALIMENTOS É CAUTELAR OU SATISFATIVA?.....	827
5.	REFERÊNCIAS	831
CAPÍTULO 6 ►	Alimentos no Novo Código de Processo Civil: execução e cumprimento de sentença.....	833
	<i>Ana Carla Harmatiuk Matos e Lígia Zigiotti de Oliveira</i>	
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS	833
2.	O DESVANECIMENTO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	836
3.	ALIMENTOS EM DEBATE: AS DÚVIDAS DA ÚLTIMA DÉCADA	838
4.	AS RESPOSTAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	839
5.	SOBRE O PROTESTO DA DÍVIDA ALIMENTAR	841
6.	SOBRE A PRISÃO POR DÍVIDA ALIMENTAR.....	842
7.	CONCLUSÃO	845
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	847

CAPÍTULO 7 ►	O impacto da conformação do novo Código de Processo Civil à Constituição Federal no direito material da interdição e sua eficácia normativa	849
	<i>Ana Carolina Brochado Teixeira, Anna Cristina de Carvalho Rettore e Beatriz de Almeida Borges e Silva</i>	
1.	INTRODUÇÃO	849
2.	BREVE HISTÓRICO DA CURATELA E ATUAL PANORAMA	851
3.	JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E SEU ESCOPO NA ATUAL PERSPECTIVA DA INTERDIÇÃO	855
4.	COTEJO DO TRATAMENTO DADO À MATÉRIA PELO CPC/1973 E PELO CPC/2015	856
5.	O IMPACTO DO NOVO CPC NO DIREITO MATERIAL DA INTERDIÇÃO	861
6.	A EFICÁCIA DO NOVO TEXTO NORMATIVO DA INTERDIÇÃO	864
7.	NOTAS CONCLUSIVAS	865
8.	REFERÊNCIAS	866
CAPÍTULO 8 ►	Notas sobre a expropriação dos bens não sujeitos à execução por uma outra interpretação do art. 832 do CPC.....	871
	<i>Rafael Calmon Rangel</i>	
	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	871
1.	DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA	872
2.	DA HARMONIZAÇÃO DOS DIREITOS DO CREDOR E DO DEVEDOR	874
3.	POR OUTRA INTERPRETAÇÃO DO ART. 832 DO CPC	877
4.	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	881
5.	REFERÊNCIAS	881
CAPÍTULO 9 ►	“É pau, é pedra, é o fim do caminho”: o cerrar da personalidade e o trânsito jurídico patrimonial sob o óculo do Novo Código de Processo Civil	883
	<i>Wagner Inácio Freitas Dias</i>	
1.	NAQUELA MESA, AS CARTAS DE NAVEGAÇÃO	883
2.	EU QUE NÃO SEI QUASE NADA DO MAR, VOU AGORA ENFRENTÁ-LO	887
3.	BREVE CANÇÃO DE SONHO, UM RÉQUIEM PELO QUE FOI E UMA ESPERANÇA PELO QUE VIRÁ	896
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	897
CAPÍTULO 10 ►	O cumprimento de testamento no novo Código de Processo Civil e a possibilidade de adaptação procedimental (cláusula geral negocial) do inventário	899
	<i>Cristiano Chaves de Farias</i>	
1.	O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UM BALANÇO DE MAIS GANHOS DO QUE PERDAS.....	899
2.	A MANUTENÇÃO DA EXIGÊNCIA DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO COMO PROCEDIMENTO AUTÔNOMO E PRELIMINAR AO INVENTÁRIO	901
3.	A CLÁUSULA GERAL DE POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO ATÍPICO PELOS INTERESSADOS COM ALTERAÇÃO DO PROCEDIMENTO	905

SUMÁRIO

4.	A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PROCEDIMENTO SUCESSÓRIO DE CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO E DE INVENTÁRIO	907
5.	REFERÊNCIAS	911
CAPÍTULO 11 ►	Atuais contornos do “inventário e partilha” na Lei nº 13.105/15	913
	<i>Anne Lacerda de Brito</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	913
2.	A ADEQUAÇÃO DO INVENTÁRIO E PARTILHA COMO PROCEDIMENTO ESPECIAL	914
3.	VISÃO GERAL DO CPC/15 REFERENTE A INVENTÁRIO E PARTILHA	917
3.1.	INCIDENTE DE REMOÇÃO DO INVENTARIANTE	923
3.2.	CUMULAÇÃO DE INVENTÁRIOS.....	925
3.3.	AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA ATOS DO INVENTÁRIO	926
3.4.	REGRAS DE OBSERVÂNCIA DA PARTILHA	927
4.	BREVE FECHAMENTO	928
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	929
CAPÍTULO 12 ►	Um breve ensaio acerca dos divórcios extrajudiciais e do equívoco que informa uma das opções dogmáticas identificadas na codificação Processual Civil tupiniquim recém-aprovada.....	933
	<i>Marcos Catalan</i>	
1.	COLONAS E ARÍETES: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO.....	933
2.	DECODIFICANDO O MOSAICO FORMADO DA FUSÃO DE FRAGMENTOS JURÍDICOS: AFRODITE OU HEFESTO? ..	939
3.	REFERÊNCIAS	943
CAPÍTULO 13 ►	A interdição – seus novos contornos no CPC/15 e EPD	947
	<i>Sabrina Dourado</i>	
1.	BREVES NOÇÕES SOBRE CAPACIDADES	947
2.	INCAPACIDADES	948
2.1.	INCAPACIDADE ABSOLUTA.....	948
2.2.	INCAPACIDADES RELATIVAS.....	951
3.	INTERDIÇÃO E SEU REGRAMENTO NO CPC DE 1973	952
3.1.	HISTÓRICO.....	952
3.2.	NATUREZA JURÍDICA	953
3.3.	DA LEGITIMIDADE	954
3.1	PROCEDIMENTO DA INTERDIÇÃO.....	954
4.	A INTERDIÇÃO NO NCPC E EPD.....	955
5.	REFERÊNCIAS	960
CAPÍTULO 14 ►	Apontamentos do Direito de Família no Novo Código de Processo Civil.....	963
	<i>Francisco da Motta Macedo Neto, Juliana Vieira Pereira e Laíse Helena Silva Macedo</i>	
	INTRODUÇÃO.....	963
1.	VISÃO GERAL DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	964

SUMÁRIO

1.1.	APRESENTAÇÃO DO NOVO PROCEDIMENTO COMUM.....	968
1.2.	CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO INOVANDO O NOVO SISTEMA PROCESSUAL.....	970
1.3.	AS MODIFICAÇÕES NO INSTITUTO DA RECONVENÇÃO.....	973
2.	PROCEDIMENTO ESPECIAL EM MATÉRIA DE FAMÍLIA.....	974
2.1.	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO E AS AÇÕES DE FAMÍLIA.....	975
2.2.	REGULAMENTAÇÃO DA OITIVA DE INCAPAZES EM JUÍZO.....	978
2.3.	JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA DIVÓRCIO, SEPARAÇÃO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CONSENSUAIS.....	979
2.4.	PROCEDIMENTO ESPECÍFICO PARA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS.....	980
2.5.	PARTILHA DE BENS POSTERIOR AO DIVÓRCIO.....	981
2.6.	ALIMENTOS: O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E A EXECUÇÃO.....	982
2.6.1.	O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA ALIMENTOS DEFINITIVOS E PROVISÓRIOS.....	982
2.6.2.	A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	985
3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	986
4.	REFERÊNCIAS.....	987
 CAPÍTULO 15 ► A curatela no novo Código de Processo Civil brasileiro e no Estatuto dos Direitos da Pessoa com Deficiência.....		989
<i>Joyceane Bezerra de Menezes e Jáder de Figueiredo Correia Neto</i>		
INTRODUÇÃO.....		989
1.	BREVE HISTÓRICO DA CURATELA: DA PATRIMONIALIDADE A SUA RESSIGNIFICAÇÃO PELA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	990
2.	A DIGNIDADE DA PESSOA “COM DEFICIÊNCIA” NA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL E SEUS INFLUXOS NO DIREITO CIVIL.....	993
3.	INTERDIÇÃO E CURATELA NO NOVO CPC E NO EDPD: CRÍTICAS E COMENTÁRIOS SOB AS PERSPECTIVAS DA DIGNIDADE E DA REALIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA.....	996
4.	CONCLUSÃO.....	1003
5.	REFERÊNCIAS.....	1004